



O PRESIDENTE FERNANDO Henrique posa com o Ministério na Granja do Torto antes da décima reunião de seu governo com o primeiro escalão, convocada para resolver o problema debatido desde a primeira: falta de comunicação

158

# FH exige vitória na opinião pública

Presidente reúne todos os ministros na Granja do Torto e cobra presença constante na mídia

BRASÍLIA

O presidente Fernando Henrique Cardoso exigiu ontem que seus ministros partam para a ofensiva em defesa do Governo e usem os meios de comunicação para divulgar suas ações. Na décima reunião ministerial, o presidente cobrou empenho para resolver o mesmo problema que detectara na primeira. Os problemas de comunicação não se limitam apenas à opinião pública, mas afetam também as relações dos ministérios do Executivo com o Legislativo. Fernando Henrique reclamou do comportamento da equipe econômica, que não comunicou aos líderes do Governo na Câmara o conteúdo da medida provisória do salário mínimo.

— Não custava nada vocês terem avisado aos líderes no Congresso. Esse tipo de atrito deve ser evitado a qualquer custo. Daqui para a frente, isso não pode mais acontecer — reclamou o presidente, cobrando uma explicação dos integrantes da equipe econômica que ouviram tudo calados e alearam falta de tempo para informar o Congresso.

O presidente também enfatizou a necessidade de mudar a imagem do Governo, arranhada pelo massacre dos sem-terra, e disse que a reforma agrária é sua principal preocupação. A polêmica sobre a conveniência de votar agora ou não o projeto do rito sumário nos processos de desapropriação será discutida esta semana numa reunião de Jungmann com os líderes dos partidos aliados para apresentar um estudo apontando os instrumen-

tos jurídicos necessários para acelerar o assentamento de famílias. Fernando Henrique disse que dará todo o apoio necessário a Jungmann e determinou aos ministros que auxiliem na criação de infra-estrutura nos assentamentos.

— Existe uma pressão social inadiável. A briga é local. A PM mata, mas a culpa é do Governo federal. Precisamos fazer algo — disse.

O ministro de Coordenação Política, Luiz Carlos Santos, para quem sobrou a tarefa de apagar o incêndio entre a equipe econômica e o Congresso, também reclamou:

— Se isto é um Governo de coalizão informal, tem que haver essa comunicação prévia. Do contrário, não há articulação que funcione.

A primeira medida apresentada pelo Governo para tentar resolver esses problemas é o Plano de Comunicação, apresentado pelo porta-voz, Sérgio Amaral. O

plano, além de integrar as ações dos ministérios, prevê a execução de várias campanhas institucionais para tratar das reformas constitucionais, saúde, educação e desemprego. Amaral disse que o Governo tem potencial para ser mostrado, mas reclamou da desmotivação dos ministros em aproveitar os espaços oferecidos pela mídia. Também citou o fato de que as atitudes sempre são tomadas em resposta à mídia e nunca na dianteira.

Através da Secretaria de Comunicação Social, o Palácio do Planalto terá o controle de todos gastos e programas da administração pública federal direta e indireta e das estatais na área de publicidade, relações públicas e mídia espontânea. Os processos de licitação para contratação de agência de propaganda que já foram feitos continuam valendo. O sistema de concorrência não será alterado, mas existe a proposta de que os contratos de mídia na

TV, rádios e jornais sejam feitos em bloco.

— Os contratos individuais não são tão bem negociados como poderiam se fossem em bloco — observou o porta-voz.

O plano de comunicação entra em vigor este mês e já está com o cronograma fechado até dezembro. De acordo com Amaral, o presidente acha que a divulgação das ações do Governo ainda é muita tímida e pode melhorar, desde haja integração dos pro-

gramas e publicidade dos setores públicos. O presidente estabeleceu prazo até 30 de junho para que as reformas sejam aprovadas na Câmara. Ele disse entender a paralisação provocada na tramitação das emendas por causa da liminar do Supremo Tribunal Federal que suspendeu a votação da reforma da Previdência. No entanto, assim que o STF tomar a decisão final, marcada para o dia 8, os líderes devem acelerar os trabalhos. A partir de

julho, considerou Fernando Henrique, será muito difícil aprovar projetos importantes na Câmara por causa das eleições municipais. O mesmo, porém, não acontecerá no Senado, porque é muito pequeno o número de senadores que deverá disputar as eleições.

— Aguardem e vocês verão o que o Governo fará nas próximas semanas. O presidente vai dar continuidade à aprovação das reformas — anunciou o ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho.

Ao apresentar formalmente os novos integrantes da equipe — Luiz Carlos Santos (Coordenação Política), Raul Jungman (Reforma Agrária) e Arlindo Porto (Agricultura) — Fernando Henrique disse que só fez a mudança ministerial com o objetivo de acelerar as reformas. O único ministro ausente foi o da Indústria e Comércio, Francisco Dornelles, que ainda não tomou posse, mas ontem de manhã despachou com o presidente no Alvorada.

A equipe econômica ainda não terminou de examinar a proposta orçamentária deste ano aprovada pelo Congresso, mas a sanção está prevista para quarta-feira. Os vetos serão confirmados só em última instância, assim como o contingenciamento de determinadas despesas. Tudo será feito, segundo o porta-voz, para que o Governo não tenha de fazer controle de caixa do Tesouro, considerada de longe pela equipe econômica a pior medida para contenção de gastos, porque atinge a administração pública de forma irracional. A execução orçamentária este ano terá de levar em conta a determinação para que se reduza o déficit público. ■

*'Existe uma pressão social inadiável. A PM mata, mas a culpa é do Governo. Precisamos fazer algo rapidamente'*

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO